

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comício do Estado

Class.: 144

Data: 17.06.83

Pg.: _____

Funai diz que os “Sem Terra” incitam colonos: Bodoquena

O delegado Regional da Fundação Nacional do Índio - Funai - Carlos Amauri Motta de Azevedo contestou ontem que esse organismo tenha quebrado qualquer acordo com o Governo do Estado, conforme afirmou o secretário de Justiça, Juarez Marques Batista. Amauri garantiu que na região de Bodoquena não ocorreu nada de anormal e nenhum tipo de agressão por parte dos índios Kadiwéus que motivasse a vinda dos posseiros a Capital para reivindicar proteção policial e acusou elementos ligados ao Comitê dos Sem Terra de estarem estarem incitando o conflito entre posseiros e índios, nas concentrações que promovem na área onde estão os colonos. O delegado da Funai disse que esses elementos, que ele preferiu não citar nomes, mas afirmou que a Polícia Federal sabe quem são, continuam pregando a permanência dos posseiros.

Numa longa conversa ontem de manhã, Amauri de Azevedo mostrou várias peças que envolvem o complexo processo que desembocou no conflito da Bodoquena, que se arrasta há mais de 80 anos, e afirmou que a Funai realiza na região “um trabalho

sério, correto e honesto” na defesa dos interesses dos índios. Segundo ele, a movimentação que vem ocorrendo envolve interesses escusos, cujos autores prefere não revelar. Mas afirmou que a reação e mobilização dos posseiros começou depois que a Funai decidiu proibir a saída de madeira da área, cuja comercialização estava rendendo um grande volume de lucros a pessoas que se encontram nas terras dos kadiwés, misturadas com os posseiros.

“Temos informações que estavam saindo vários lotes de madeira. Isso, além de significar uma depredação do patrimônio indígena com efeitos danosos à ecologia, é proibido. Resolvemos impedir e a partir daí começaram as reações reveladas por posseiros, dando conta de que os índios agiam por conselho de funcionários do órgão, envolve outros interesses. Segundo acrescentou, na região de Morraria e Tarumã, já há um pequeno efetivo de policiais militares para garantir a tranquilidade e evitar conflito entre posseiros e índios, o que não justifica, conforme ressalva, o pedido de proteção policial.

Amauri de Azevedo procura

eximir a Funai das denúncias que são atribuídas e afirma que “não estamos expulsando ninguém. Permitimos que os colonos trabalhem normalmente, inclusive no plantio das chamadas culturas brancas. Só evitamos que cultivem plantas perenes para evitar que tenham prejuízos”, afirma, lembrando que o levantamento cadastral está para ser concluído e os posseiros deverão ser reassentados em outra área, fora do território indígena.

O cadastramento dos posseiros, arrendatários e fazendeiros que estão nas 538 mil hectares que a Funai garante pertencerem a reserva, deverá estar concluído até o dia 10 de julho. O trabalho vem sendo desenvolvido pela Funai, Incra, Polícia Federal, Terrasul e Comitê dos Sem Terra. No grupo não há representantes da Fetagri porque esse órgão não se interessou em participar, conforme diz o delegado da Funai. Segundo ele, o levantamento está quase concluído e indica que não há na região mais de 450 famílias de posseiros, o que contrasta as informações divulgadas inicialmente, quando se dizia que haviam cerca de 15 mil pessoas na área.